

INSTRUÇÕES

1. Não abra este caderno antes de autorizado pelo fiscal de prova.
2. Depois de autorizado pelo fiscal, O candidato deve ler as instruções e verificar se faltam folhas neste caderno, se a sequência de 40 (QUARENTA) questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Comunique imediatamente ao fiscal de prova qualquer irregularidade.
3. A prova é composta de 40 (QUARENTA) questões objetivas.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas cada uma, sempre na sequência A, B, C, D e E, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais de provas. Utilize os espaços e/ou páginas em branco para rascunho. Não destaque folhas deste caderno.
6. Ao receber a folha de respostas (gabarito), examine-o e verifique se o seu nome está impresso nele. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao fiscal de prova.
7. Transcreva as respostas para a folha de respostas (gabarito) com caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul. A folha de respostas (gabarito) será o único documento válido para efeito de correção. Em hipótese alguma ocorrerá a substituição da folha de respostas (gabarito) por erro de preenchimento ou qualquer dano causado pelo candidato.
8. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre candidato, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos, eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. O saco plástico com os objetos, deverá ser colocado sob a carteira ou mesmo no assoalho da sala e não pode ser aberto sob pena de eliminação.
10. O tempo de resolução das questões, incluindo o tempo para preenchimento da folha de respostas, é de **4 (quatro) horas** a partir do início da prova.
11. Ao terminar a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de prova. Aguarde a autorização para entregar a folha de respostas (gabarito).
12. Os candidatos dos níveis Médio, podem se retirar do local de provas somente após 60 minutos do início da sua prova, porém não poderá levar consigo o caderno de provas. O candidato que sair antes será registrado em ata e será eliminado do concurso. Somente após **duas horas** do início da prova o candidato poderá sair levando consigo o caderno de provas.
13. **Os TRÊS últimos** candidatos de cada sala ficarão retido para assinar, juntamente com os fiscais daquela sala, a ata e o lacre do envelope dos gabaritos.
14. Não esquecer de levar seus pertences pessoais.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto-base para as questões 01 a 05:

[...]

Por outro lado, é verdade também que quase todos – alunos, professores, pais, gestores, políticos – apontam que há problemas na Educação brasileira, em particular, no nível básico. Uns usam os discutíveis *rankings* de países para apoiar seu desconforto. O raciocínio é baseado na seguinte lógica: o Brasil não está bem colocado no PISA e, portanto, isso “mostra” que a Educação está ruim e, também, que as pesquisas da Área de Educação e Ensino não atingem seus objetivos. Outros usam análises qualitativas feitas em dissertações e teses das Áreas de Ensino, Aprendizagem e Educação para apontar o descompasso da escola com as demandas da sociedade por uma democracia econômica em nosso país. Testes de diversas naturezas são utilizados também para justificar tal ideia, mas não cremos que ninguém diria – com exceção de pequenos bolsões formados, por exemplo, pelos Institutos Federais de Educação – que a educação básica vai mal e está apoiada demasiadamente em apostilas que visam apenas a testes. Ou seja, a afirmativa de que a “Educação vai mal” pode estar correta, mas não devido ao resultado de testes que não foram feitos para ranquear países, como o PISA, ou por causa da pesquisa, conforme vamos argumentar.

[...]

Fonte: BORBA, M. C.; ALMEIDA, H. R. F. L.; GRACIAS, T. A. S. *Pesquisa em ensino e sala de aula: diferentes vozes em uma investigação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 19-20.

| | |
|---|---|
| 01. Considerando o conteúdo do texto, assinale a alternativa integralmente CORRETA. | |
| A. | O fragmento apresentado é parte de um texto expositivo em que se defende a importância dos testes internacionais de ranqueamento dos países, como o PISA. |
| B. | Na perspectiva defendida pelos autores, são inadequadas as interpretações feitas por “quase todos” no que tange às causas apontadas para os problemas na área da Educação brasileira. |
| C. | O fragmento apresentado faz parte de texto que é resultado de pesquisa científica – na área da Educação –, o que justifica o tom expositivo do texto, desprovido de marcas de subjetividade. |
| D. | Além de refutarem a ideia de que a “Educação vai mal”, os autores contra-argumentam em relação às justificativas apresentadas para ancorar tal afirmação que foram citadas no texto. |
| E. | Embora não haja no texto um referente para a expressão “nosso país”, é possível inferir, pelo conteúdo apresentado e pelos dados de publicação, que se está falando do Brasil. |
| 02. Assinale a alternativa que faz uma análise parcial ou integralmente INCORRETA. | |
| A. | As aspas empregadas no verbo ‘mostrar’ refletem uma crítica em relação à interpretação citada, crítica essa que se evidencia também pelo uso do adjetivo “discutíveis”. |
| B. | As expressões “Por outro lado” e “também”, no 1º período, mostram que, antes desse fragmento, foi apresentado outro viés relacionado à temática, com a apresentação de outra afirmativa dada como ‘verdadeira’. |
| C. | O adjetivo “lógica” (3º período) foi empregado no texto para reforçar o argumento de que o raciocínio apresentado é lógico, no sentido de ter razoabilidade, e, portanto, é aceitável. |
| D. | A expressão “quase” minimiza a generalização implicada no pronome indefinido “todos”, o que é importante para que o conteúdo dado como verdade não seja refutado pelo interlocutor. |
| E. | No último período, apresenta-se uma conclusão em relação ao conteúdo abordado no parágrafo e faz-se uma projeção em relação ao que vai ser desenvolvido no texto. |

| | |
|---|--|
| 03. Assinale a alternativa parcial ou integralmente INCORRETA em relação aos elementos de coesão referencial empregados no texto. | |
| A. | No 1º período, o conteúdo entre os travessões é um aposto que traz informatividade ao texto, pois explica a quem “todos” se refere. |
| B. | O artigo indefinido “Uns” e o pronome indefinido “Outros” têm como referência o pronome indefinido “todos”, referente que é apenas parcialmente recuperado por cada um desses elementos. |
| C. | O pronome demonstrativo “isso” retoma o seguinte conteúdo: “o Brasil não está bem colocado no PISA”. |
| D. | O pronome possessivo “seus” tem como referente a expressão “as pesquisas da Área de Educação e Ensino”. |
| E. | O pronome relativo “que”, usado para introduzir a oração adjetiva “que visam apenas a testes”, retoma a expressão “a educação básica”. |

| | |
|---|--|
| 04. Assinale a alternativa integralmente CORRETA em relação aos elementos de coesão sequencial empregados no texto. | |
| A. | A expressão reformulativa “Ou seja” poderia ser substituída, sem prejuízo semântico para o texto, por “Em outras palavras”. |
| B. | Em apenas três das quatro ocorrências a preposição “para” introduz uma relação de finalidade. Tal relação semântica também é introduzida pela preposição “por” no 4º período. |
| C. | No último período, os elementos “mas”, “como”, “ou” e “conforme” introduzem, respectivamente, uma relação de ressalva, exemplificação, adição e exemplificação. |
| D. | A expressão “por exemplo” introduz um exemplo de “Testes de diversas naturezas”, expressão citada no início do período. |
| E. | No 3º período, a conjunção “portanto” veicula uma relação semântica do mesmo tipo daquela veiculada por “também”; a exclusão de ambos os elementos não resultaria em prejuízo semântico. |

| | |
|---|--|
| 05. Assinale a alternativa integralmente CORRETA. | |
| A. | As orações passivas “O raciocínio é baseado na seguinte lógica” e “Testes de diversas naturezas são utilizados também para justificar tal ideia” apresentam agente da passiva. |
| B. | No último período, se o substantivo “resultado” fosse substituído por “conclusão”, seria necessário usar acento grave, indicativo de crase no ‘a’: ‘à conclusão’. |
| C. | Os elementos “Por outro lado” e “ou seja” são conectivos produtivos em correspondências oficiais por servirem para a introdução a assuntos preestabelecidos. |
| D. | No último período, o verbo ‘poder’ está conjugado no singular para concordar com o núcleo do sujeito oracional: “Educação”. |
| E. | As vírgulas que isolam as expressões “também” (3º período), “por exemplo” (5º período), “Ou seja” (6º período) não são obrigatórias. |

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

06. Um jogador de futebol do Sport Club Faísca, conhecido por fazer muitos gols de bicicleta e que gostava muito de Matemática, certa vez, quando indagado a respeito de quantos gols de bicicleta havia feito em sua carreira profissional, disse: “O número de gols de bicicleta que fiz na minha carreira profissional é igual a $21^2 - 13^2$ ”. Chamando “Z” o número de gols de bicicleta que ele fez ao longo de sua carreira, é CORRETO afirmar:

| | |
|----|------------|
| A. | $Z = 227.$ |
| B. | $Z = 212.$ |
| C. | $Z = 270.$ |
| D. | $Z = 272.$ |
| E. | $Z = 130.$ |

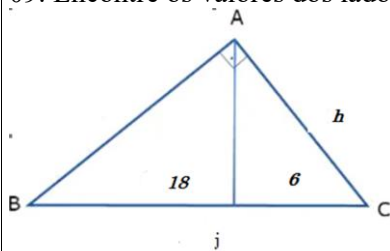
07. Qual é o resultado da expressão $77,89\sqrt{z} - 457\sqrt{z} + 3,7\sqrt{z}$?

| | |
|----|----------------------|
| A. | $+ 13,457 \sqrt{z}.$ |
| B. | $- 375,41\sqrt{z}.$ |
| C. | $- 778,45 \sqrt{z}.$ |
| D. | $- 573,28\sqrt{z}.$ |
| E. | $+ 375,41\sqrt{z}.$ |

08. Uma determinada esfera tem o volume igual a $288\pi\text{cm}^3$. Sabendo disso, é CORRETO afirmar que o diâmetro dessa esfera é igual a:

| | |
|----|-------|
| A. | 36cm. |
| B. | 21cm. |
| C. | 16cm. |
| D. | 18cm. |
| E. | 12cm. |

09. Encontre os valores dos lados h e j na figura a seguir:



| | |
|----|----------------------|
| A. | $h = 24$ e $j = 06.$ |
| B. | $h = 14$ e $j = 18.$ |
| C. | $h = 12$ e $j = 24.$ |
| D. | $h = 06$ e $j = 18.$ |
| E. | $h = 12$ e $j = 18.$ |

| | |
|---|--------------------|
| 10. Um professor de Matemática decidiu investir seu dinheiro. Vamos ajudá-lo! Durante quanto tempo ele deverá manter seu capital investido a juros simples com taxa de 4% a.m. para que o montante final seja o dobro do capital inicial? | |
| A. | 2 anos e 1 mês. |
| B. | 12 anos e 2 meses. |
| C. | 1 ano e 1 mês. |
| D. | 2 anos e 4 meses. |
| E. | 3 anos e 5 meses. |

INFORMÁTICA

| | |
|---|-----------------------------|
| 11. Um funcionário da Prefeitura de Guaratuba deseja gravar em um pendrive o <i>backup</i> de um conjunto de arquivos cujo tamanho total é de 2147483648 <i>bytes</i> . Com base nessa situação hipotética, qual dos dispositivos de armazenamento citados nas alternativas abaixo, é capaz de armazenar o backup completo? | |
| A. | CD-R |
| B. | Pendrive de 1 GB |
| C. | DVD-R |
| D. | Disquete |
| E. | Cartão de memória de 250 MB |

| | |
|---|--------------------|
| 12. Você precisa enviar um arquivo para João, no entanto, ele é muito grande para ser enviado por e-mail. Para resolver o problema, ela decidiu enviar o arquivo usando um serviço de armazenamento de arquivos na nuvem. Quais dos serviços abaixo NÃO corresponde a uma opção válida para Maria encaminhar seu arquivo? | |
| A. | Amazon Box |
| B. | Dropbox |
| C. | Microsoft OneDrive |
| D. | SendSpace |
| E. | Google Drive |

| | |
|--|---|
| 13. Em relação ao Sistema Operacional Windows, é VERDADEIRO afirmar: | |
| A. | é um software básico. |
| B. | não apresenta interface de comandos modo texto. |
| C. | é o sistema operacional da Apple. |
| D. | é o sistema operacional da IBM. |
| E. | Nenhuma das alternativas acima. |

| | |
|--|---|
| 14. Foi solicitado a um funcionário da Prefeitura que excluísse o software X de seu computador, que possui o sistema operacional Windows 10. O software X foi instalado pelo setor de TI no diretório padrão de instalação de programas do Windows. Atendendo à solicitação, o funcionário acessou a área de trabalho, selecionou o ícone do software X clicando sobre ele e, na sequência, pressionou a tecla delete em seu teclado. O que aconteceu ao software quando o funcionário executou esse procedimento? | |
| A. | Foi aberto o Painel de Controle para que o funcionário pudesse selecionar a opção Desinstalar o programa. |
| B. | O software X foi desinstalado automaticamente pelo Windows. |
| C. | Removeu-se apenas o atalho para o software X da área de trabalho. |
| D. | O software X foi enviado para a lixeira. |
| E. | Nada aconteceu, pois o procedimento executado pelo funcionário não tem efeito algum na área de trabalho do Windows. |

| | |
|--|---|
| 15. Sobre o Microsoft Office, NÃO é correto afirmar: | |
| A. | o pacote Microsoft Office 365 é um serviço oferecido de subscrição pela Microsoft. |
| B. | o Microsoft Office 365 oferece os softwares: Word, Excel, Access, PowerPoint, OneNote, Outlook e Publisher. |
| C. | por meio do pacote Access, pode-se desenvolver banco de dados e aplicativos que atendam às necessidades pessoais e de empresas. |
| D. | o Microsoft Office 365 só pode ser usado em plataforma Windows. |
| E. | Nenhuma das alternativas acima. |

CONHECIMENTOS GERAIS, LEGISLAÇÃO

| | |
|---|------------------------------|
| 16. O Brasil viu o número de transações em tempo real crescer quase seis vezes no ano passado (2021) com a entrada do PIX em operação; foram mais de 8,7 bilhões de reais movimentados. Porém, o Brasil não é o pioneiro na implementação do PIX, alguns países encabeçam essa implementação e são líderes na movimentação. Que países são esses? | |
| A. | Rússia, Japão e Coreia. |
| B. | Índia, China e Tailândia. |
| C. | Japão, EUA e França. |
| D. | Inglaterra, Canadá e México. |
| E. | EUA, China e Canadá. |

17. Em relação à Lei n.º 1.690/2017, que dispõe sobre a “Estrutura Organizacional do Poder Executivo do Município de Guaratuba e dá outras providências”, em seu Art. 3º, que trata das unidades que integram a Administração Indireta, são elas:

- I - Autarquias.
- II - Sociedade de Economia Mista.
- III - Ouvidoria Geral.
- IV - Instituto Ambiental de Guaratuba – IAG.

São CORRETOS os itens:

| | |
|----|--------------------------------------|
| A. | Somente I e III. |
| B. | Somente II e III. |
| C. | Somente III e IV. |
| D. | Somente I e II. |
| E. | Nenhuma das alternativas anteriores. |

18. Neste ano de 2022, temos a corrida eleitoral pela vaga no Palácio do Planalto e ela já começou. Desde setembro de 2022, os candidatos à Presidência da República já estavam aptos a pedir votos e fazer campanha pelo país. Do total de candidatos que se inscreveram, dois tiveram suas candidaturas avaliadas pelo TSE. Incluindo esses dois candidatos, qual foi o número de candidatos que colocaram seus nomes para disputar a eleição presidencial do Brasil?

| | |
|----|----|
| A. | 6 |
| B. | 8 |
| C. | 10 |
| D. | 12 |
| E. | 17 |

19. Segundo a Lei n.º 777/97 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Guaratuba, no Art. 12 - Além da habilitação em concurso público e da aptidão física e mental, são requisitos básicos para o ingresso no serviço público municipal, devendo ser comprovados pelo interessado:

- I - a nacionalidade brasileira.
- II - o gozo dos direitos políticos.
- III - haver cumprido as obrigações e os encargos militares previstos em lei.
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
- V - a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos.
- VI - possuir habilitação legal para exercício do cargo.
- VII - ter idade inferior a cinquenta e nove anos.
- VIII - ter votado nas duas últimas eleições municipais.

Qual alternativa contém os itens verdadeiros?

| | |
|----|--------------------------------------|
| A. | I, II, IV, V, VIII. |
| B. | I, II, III, IV, VII, VIII. |
| C. | I, II, V, VI, VII, VIII. |
| D. | I, II, III, IV, V, VI. |
| E. | Nenhuma das alternativas anteriores. |

| | |
|---|--|
| 20. Segundo a Lei n.º 777/97 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Guaratuba, no Art. 24, que trata da posse, estabelece que: | |
| A. | Poderá haver posse por procuração, com poderes expressos, quando se tratar de servidor ausente do País, em missão oficial, ou, ainda, em casos especiais, a juízo da autoridade competente. |
| B. | Não poderá haver posse por procuração, mesmo com poderes expressos, quando se tratar de servidor ausente do País, em missão oficial, ou, ainda, em casos especiais, a juízo da autoridade competente. |
| C. | A posse será suspensa por no máximo 60 dias a pedido do servidor quando esse se encontrar ausente do País, em missão oficial, ou, ainda, em casos especiais, nesse caso poderá ser feita a solicitação por procuração. |
| D. | Se o servidor estiver fora do País no momento de sua posse, ele perderá automaticamente o direito de ser empossado. |
| E. | Nenhuma das alternativas anteriores. |

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO PÚBLICO

| | |
|---|---|
| 21. Consta do artigo 163, e seu inciso I, da Constituição Federal de 1988, que “Lei Complementar disporá sobre finanças públicas”. Indique qual é essa Lei: | |
| A. | Lei Complementar nº 113 – 15/2005 (Lei Orgânica do TCE-PR). |
| B. | Lei Complementar Federal nº 138/2010 (dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação). |
| C. | Lei Complementar Federal nº 172/2020 (Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais). |
| D. | Lei Complementar nº 183/2021 (Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para explicitar a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre o monitoramento e rastreamento de veículos e carga). |
| E. | A Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e suas alterações. |

| | |
|--|---|
| 22. Pelo artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/64, os créditos adicionais são: | |
| A. | Os suplementares, os especiais, os sumários e os extraordinários. |
| B. | O remanejamento e a alocação de recursos. |
| C. | As transferências e as transposições de recursos. |
| D. | Os suplementares, os especiais e os extraordinários. |
| E. | Os suplementares e os especiais. |

| | |
|--|--|
| 23. O Poder Legislativo Municipal pode, por sua iniciativa, proceder alterações na Lei do PPA? | |
| A. | Sim, desde que tenha sido sugerida por um cidadão. |
| B. | Sim, desde que todos os vereadores estejam de acordo. |
| C. | Não, a não ser que tenha sido decidido nos Conselhos de Saúde e de Educação. |
| D. | Sim, desde que indiquem a fonte dos recursos. |
| E. | Não, pois a iniciativa do projeto de lei do PPA, e suas alterações, cabe ao Poder Executivo. |

| | |
|--|--|
| 24. As modalidades de licitação, de acordo com a Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002, são: | |
| A. | A Concorrência, a Tomada de Preços, o Convite, o Concurso, o Leilão, os Especiais e os Comuns. |
| B. | A Concorrência, a Tomada de Preços, o Convite, o Concurso e o Pregão. |
| C. | A Concorrência, a Tomada de Preços e o Convite. |
| D. | A Concorrência, a Tomada de Preços, o Convite, o Concurso, o Leilão e o Pregão. |
| E. | A Tomada de Preços, o Convite, o Concurso, o Leilão e o Pregão. |

| | |
|--|--|
| 25. De acordo com o artigo 4º do Decreto-Lei Federal nº 200/67, e suas alterações, a Administração Federal compreende: | |
| A. | I - A Administração Direta (...); II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: a) Empresas semipúblicas; b) Empresas Públicas; c) Sociedades de Economia Mista; d) fundações públicas. |
| B. | I - A Administração Especial (...); II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: a) Empresas paraestatais; b) Empresas Públicas; c) Sociedades de Economia Mista; d) fundações públicas. |
| C. | I - A Administração Direta (...); II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: a) Autarquias; b) Empresas Públicas; c) Sociedades de Economia Mista; d) fundações públicas. |
| D. | I - A Administração Direta (...); II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: a) Autarquias; b) Empresas Públicas; c) Sociedades de Economia Mista. |
| E. | I - A Administração Direta (...); II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: a) Autarquias; b) Empresas Públicas; c) fundações públicas. |

| | |
|--|---------------------------------------|
| 26. De acordo com o artigo 5º, inciso III, da LRF, a utilização e o montante da reserva de contingência devem ser estabelecidos na LDO de que forma? | |
| A. | Com base na receita. |
| B. | Com base no resultado primário. |
| C. | Com base na receita corrente líquida. |
| D. | Com base no resultado nominal. |
| E. | Com base no anexo de metas fiscais. |

| | |
|---|--|
| 27. O inciso I, do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/2021 (nova lei das licitações), dispõe que é dispensável a licitação para contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores que envolva valores inferiores a: | |
| A. | R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). |
| B. | R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). |
| C. | R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). |
| D. | R\$ 100.000,00 (cem mil reais). |
| E. | R\$ 99.999,99 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos). |

| | |
|---|---|
| 28. O relatório da Despesa de Pessoal, de que trata o art. 55, inciso I, alínea "a" da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), faz parte do: | |
| A. | Relatório de Gestão Fiscal – RGF. |
| B. | Balancete Financeiro – Anexo 13. |
| C. | Relatório para as Audiências Públicas. |
| D. | Balanco Patrimonial – Anexo 14. |
| E. | Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO. |

| | |
|---|---|
| 29. Pelo art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para ser considerada “obrigatória e de caráter continuado”, a despesa precisa ter basicamente três condições, que são: | |
| A. | Ser despesa de capital, derivada de lei, e a execução ser superior a três anos. |
| B. | Ser despesa corrente, derivada de lei, e a execução ser superior a dois anos. |
| C. | Ser despesa corrente, derivada de lei, e a execução ser superior a três anos. |
| D. | Ser despesa de capital, derivada de lei, e a execução ser superior a dois anos. |
| E. | Ser despesa corrente, derivada de lei, e a execução ser superior a um ano. |

| | |
|---|---|
| 30. Pelas disposições do inciso II, do art. 3º, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001, a Dívida Consolidada Líquida dos Municípios, ao final do décimo quinto exercício financeiro contado a partir do encerramento do ano de publicação da referida Resolução nº 40, não poderá exceder a: | |
| A. | 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida. |
| B. | 1,1 (um inteiro e um décimo) vezes a receita corrente líquida. |
| C. | 2,1 (dois inteiros e um décimo) vezes a receita corrente. |
| D. | 2,0 (dois inteiros) vezes a receita corrente líquida. |
| E. | 1,5 (um inteiro e cinco décimos) vezes a receita corrente. |

| | |
|--|--|
| 31. A Lei 4.320/1964, em seu artigo 60, veda a realização de despesa sem prévio empenho. O que significa prévio empenho? | |
| A. | Que o empenho tem que sair somente antes do pagamento. |
| B. | Que o empenho tem que ser anterior à liquidação da despesa. |
| C. | Que o empenho tem que ser anterior ao evento, ou seja, antes de se adquirir alguma coisa, ou se contratar algum serviço, há a necessidade da emissão do empenho. |
| D. | Que o empenho tem que ser anterior à licitação, ou seja, antes do procedimento licitatório há a necessidade da emissão do empenho. |
| E. | Que o empenho seja emitido antes do vencimento da aquisição da mercadoria ou prestação do serviço. |

| | |
|--|---|
| 32. A Portaria Interministerial 163/2001, no seu artigo 8º, dispõe sobre a dotação global denominada reserva de contingência. Qual deve ser a utilização da reserva de contingência, segundo esse dispositivo legal? | |
| A. | Ser fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais e para o atendimento ao disposto no artigo 5º, inciso III, da LRF. |
| B. | Ser fonte de recursos para abertura de créditos adicionais para suplementação das despesas com pessoal. |
| C. | Ser fonte de recursos para suplementação das dotações da dívida pública. |
| D. | Conseguir abertura dos créditos adicionais extraordinários. |
| E. | Atender às metas fiscais previstas na LDO. |

| | |
|---|---|
| 33. De acordo com o artigo 19 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), "...a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:" | |
| A. | I – União: 40% (quarenta por cento); II – Estados: 60% (sessenta por cento); III – Municípios: 60% (sessenta por cento). |
| B. | I – União: 50% (cinquenta por cento); II – Estados: 50% (cinquenta por cento); III – Municípios: 60% (sessenta por cento). |
| C. | I – União: 50% (cinquenta por cento); II – Estados: 45% (quarenta e cinco por cento); III – Municípios: 60% (sessenta por cento). |
| D. | I – União: 50% (cinquenta por cento); II – Estados: 60% (sessenta por cento); III – Municípios: 40% (quarenta por cento). |
| E. | I – União: 50% (cinquenta por cento); II – Estados: 60% (sessenta por cento); III – Municípios: 60% (sessenta por cento). |

| | |
|--|---|
| 34. Em “ ___ ” de outubro de 2021, no Diário Oficial de Guaratuba, foi publicada a lei que instituiu o “Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2022 a 2025, em cumprimento do disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal e no §1º do art. 121 da Lei Orgânica do Município de Guaratuba...”. Identifique, a seguir, qual é essa Lei: | |
| A. | Lei nº 1.904, de 28 de outubro de 2021. |
| B. | Lei nº 1.904, de 20 de outubro de 2021. |
| C. | Lei nº 1.904, de 26 de outubro de 2021. |
| D. | Lei nº 1.914, de 26 de outubro de 2021. |
| E. | Lei nº 1.944, de 26 de outubro de 2021. |

| | |
|--|---|
| 35. O caput do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 dispõe, entre outras, que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos seguintes princípios: | |
| A. | legalidade, impessoalidade, moralidade, eficácia e eficiência. |
| B. | legalidade, moralidade, publicidade e eficiência. |
| C. | legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. |
| D. | legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência. |
| E. | legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. |

| | |
|--|--|
| 36. A Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em seu artigo 8º, estabelece as modalidades de licitação em cinco incisos, que são: | |
| A. | I - pregão; II - concorrência; III - concurso; IV - leilão; V - diálogo competitivo. |
| B. | I - pregão; II - concorrência; III - concurso; IV - convite; V - diálogo competitivo. |
| C. | I - pregão; II - tomada de preços; III - concurso; IV - leilão; V - diálogo competitivo. |
| D. | I - pregão; II - concorrência; III - concurso; IV - leilão; V - competição. |
| E. | I - concorrência; II - tomada de preços; III - convite; IV - concurso. |

| | |
|---|---|
| 37. O caput do artigo 15 (Capítulo IV Da Despesa Pública) da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), dispõe que “serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público...: | |
| A. | a geração de despesa incompatível com o PPA e a LDO”. |
| B. | a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17”. |
| C. | a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 22 e 23”. |
| D. | a geração de despesas para o ano seguinte sem a inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias”. |
| E. | as despesas assumidas sem procedimento licitatório”. |

| | |
|--|---|
| 38. De acordo com a 12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, aprovado pela Portaria Federal nº 924, de 8 de julho de 2021, Projeto significa: | |
| A. | “instrumento de programação para alcançar o objetivo de um governo, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo”. |
| B. | “instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo”. |
| C. | “instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo”. |
| D. | “instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam dentro do exercício, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo”. |
| E. | “instrumento de programação para alcançar o objetivo de uma atividade, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo”. |

| | |
|--|--|
| 39. Com relação à publicação, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, de que trata o artigo 52 da Lei Complementar Federal nº101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal): | |
| A. | “...será publicado até sessenta dias após o encerramento de cada bimestre...”. |
| B. | “...será publicado até trinta dias após o encerramento de cada semestre...”. |
| C. | “...será publicado até o final de cada exercício...”. |
| D. | “...será publicado até trinta dias após o encerramento de cada exercício...”. |
| E. | “...será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre...”. |

40. O comparativo da despesa total com pessoal com os limites de que trata a alínea “a”, do Inciso I, do artigo 55 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) deve ser parte integrante do seguinte relatório:

| | |
|----|--|
| A. | Relatório Resumido da Execução Orçamentária. |
| B. | Relatório de Gestão Fiscal. |
| C. | Relatório das Despesas Primárias Correntes. |
| D. | Relatório das Despesas Correntes. |
| E. | Relatório Resumido da Execução Primária. |

Ficha de respostas para conferência (CONCURSO GUARATUBA – 08/10/2022)
Acesse o Gabarito Provisório a partir de 10/10/2022

| | | | | | | | | | | | | | | |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | | | | | |